

INDICAÇÃO Nº , DE 2020

(Do Sr. ZÉ SILVA)

Sugere ao Vice-Presidente da República, Hamilton Mourão, a criação de Força Tarefa Técnica de Regularização Fundiária com profissionais das ciências agrárias, por meio de credenciamento à Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - ANATER, para atuarem sob a coordenação e supervisão do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária- INCRA, na regularização das terras públicas na Amazônia Legal.

Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República

Dirijo-me a Vossa Excelência na condição de parlamentar e extensionista rural para propor ao Conselho Nacional da Amazônia Legal uma Força Tarefa Técnica de Regularização Fundiária com profissionais das ciências agrárias, por meio de credenciamento à Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - ANATER, para atuarem sob a coordenação e supervisão do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária- INCRA, na regularização das terras públicas na Amazônia Legal.

O Brasil necessita de um diálogo convergente para avançar na agenda ambiental e retomar a atividade econômica com segurança jurídica e possibilidade real de banir o desmatamento, queimadas e ocupações ilegais de terras públicas.

Nossa atuação parlamentar é e sempre foi pautada em defesa da regularização fundiária e titularidade das terras para produtores rurais que ocuparam a terra de forma legal e pacífica e que utilizam a terra para produção de alimentos. Pois no nosso entendimento a regularização é a principal arma de combate ao desmatamento ilegal e às queimadas, já que o proprietário rural que não tem o documento da terra é igual o cidadão sem identidade.



A Lei que instituiu a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural trouxe segurança jurídica ao credenciamento de técnicos das ciências agrárias para atendimento às diversas demandas do campo.

Em seus 50 anos de autarquia, o INCRA criou um banco de dados qualificado, possui *know-how* e profissionais altamente capacitados que poderão realizar a transferência da metodologia aos técnicos, além de supervisionar o trabalho. Por outro lado, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária- INCRA há tempos necessita de recomposição da sua capacidade operacional, frente a crescente demanda de regularização de terras públicas.

Segundo a Lei Federal nº 4950-A/66, os profissionais de nível superior credenciados ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) que trabalham 8 (oito) horas por dia devem receber o equivalente a 8,5 (oito e meio) salários mínimos mensais.

O Governo Federal disponibilizou recursos para a sustentação da operação de GLO na Amazônia (Garantia da Lei e da Ordem) e já liberou mais recursos para este ano a fim de garantir a presença dos militares das Forças Armadas na região amazônica para combater o desmatamento ilegal até novembro. Ainda assim, estudos apontam aumento no desmatamento e nas queimadas.

Realizar uma força tarefa de regularização fundiária com a contratação de técnicos durante 12 (doze) meses é uma alternativa de combate ao desmatamento e outras irregularidades ambientais.

Cabe lembrar que o produtor rural com título da sua propriedade tem responsabilidade social e ambiental. Permitir a Anater credenciar os técnicos das ciências agrárias, com acervo técnico comprovado é uma decisão política e de priorização de recursos, cujo resultado será a eficiência dos órgãos.

Estamos convictos de que a nossa proposta ajudará o País a enfrentar as duras críticas à política ambiental, garantirá a separação "do joio do trigo" ao regularizar as propriedades que foram ocupadas de forma legal e mansa.



Com a implementação da força tarefa e atuação dos técnicos, o resultado esperado é a redução do desmatamento e a garantia do direito ao documento da terra.

Sala das Sessões, em de de 2020.



Deputado ZÉ SILVA



REQUERIMENTO Nº, DE 2020

(Do Sr. ZÉ SILVA)

Requer o envio de Indicação ao Vice-Presidente da República, Hamilton Mourão, de criação de Força Tarefa Técnica de Regularização Fundiária com profissionais das ciências agrárias, por meio de credenciamento à Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - ANATER, para atuarem sob a coordenação e supervisão do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária- INCRA, na regularização das terras públicas na Amazônia Legal.

Senhor Presidente:

Nos termos do art. 113, inciso I e § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a V. Exª. seja encaminhada ao Poder Executivo a Indicação anexa, sugerindo ao Vice-Presidente da República, Hamilton Mourão, de criação de Força Tarefa Técnica de Regularização Fundiária com profissionais das ciências agrárias, por meio de credenciamento à Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - ANATER, para atuarem sob a coordenação e supervisão do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária- INCRA, na regularização das terras públicas na Amazônia Legal.

Sala das Sessões, em de de 2020.



Deputado ZÉ SILVA

